DCV 312 – Direitos Reais Prof. Cristiano de Sousa Zanetti Material didático para a aula do dia 29.VIII.16 Tema: Modos de aquisição da propriedade imóvel THE DESTRICTION OF THE PARTY OF

Exercício 2

<u>A</u> e <u>B</u> celebram contrato de compra e venda por escritura pública.

Por força do pactuado,  $\underline{A}$  se obriga a transferir a propriedade de dado imóvel residencial de 1.700m<sup>2</sup>, contra o pagamento do preço de R\$ 5.000.000,00, a ser realizado por  $\underline{B}$  em até 30 dias.

Interessado em adquirir o bem,  $\underline{B}$  efetua o pagamento na semana seguinte e obtém a quitação de  $\underline{A}$ .

Dois anos mais tarde,  $\underline{B}$  é supreendido por notificação que lhe foi enviada por  $\underline{C}$ . Por meio dessa correspondência,  $\underline{C}$  afirma ter se tornado o proprietário do imóvel, em razão de recente compra e venda celebrada com  $\underline{A}$ , pelo valor de R\$ 8.000.000,00, pagos à vista. Para comprovar suas afirmações,  $\underline{C}$  faz acompanhar a notificação da matrícula do imóvel, na qual, de fato, figura como proprietário.

Nesse cenário, quais medidas podem ser tomadas por <u>B</u> para tutelar seus interesses contra <u>C</u>?

Para responder a essa pergunta, considere os seguintes cenários:

- a) <u>C</u> supõe que <u>B</u> ocupa o imóvel como locatário;
- b) <u>C</u> sabe que <u>B</u> ocupa o imóvel como comprador.